

## **Cultura e Educação: uma reflexão com base em Raymond Williams**

**ARAÚJO**, Sônia Maria da Silva – UFPA

**GT:** Movimentos Sociais e Educação / n.03

**Agência Financiadora:** Não contou com o financiamento.

Este texto traça, na forma de ensaio, algumas reflexões acerca da relação entre cultura e educação. São reflexões primeiras, decorrentes de estudos bibliográficos sobre Raymond Williams e de estudos empíricos, realizados no interior da Amazônia, inspirados em sínteses elaborados por esse autor no que diz respeito a estudos culturais. Também resulta de análises que temos articulado entre as idéias desse autor com as de outros trabalhados por nós ao longo dos últimos dez anos, como Bakhtin e Ernst Boesch.

Raymond Williams, escritor galês que viveu de 1921 a 1988, é crítico marxista e sua produção acadêmica inicia-se na década de 50. Dentre os vários conceitos desenvolvidos pelo autor destacamos o de *sistema de significados inter-relacionados* e é este que nos faz discutir a compreensão de educação. Nossa proposta é entender educação a partir da idéia de que ela se constitui em um *sistema de significados inter-relacionados*.

### **1. Para entender a idéia de cultura em Raymond Williams**

Nascido em Pandy – uma comunidade rural, localizada na fronteira do País de Gales com a Inglaterra – Raymond Williams foi contemplado com uma bolsa de estudos em Cambridge e, junto com outros autores importantes da Inglaterra, como Eric Hobsbawm, fundou a *New Left*, formada por intelectuais que procuraram entender a crise da esquerda no século XX. Nesse grupo, Williams trabalhou, particularmente, no campo da educação e desenvolveu estudos na área da cultura. Na prática, seu trabalho educacional relacionava-se a um projeto de instrução universitária para adultos.

Williams operou suas reflexões tomando como referência a classe trabalhadora concreta, cooptada pelo consumo fácil de mercadorias para as “massas”. Ele tentou entender o capitalismo em movimento e traçar uma reflexão pautada em um marxismo também em movimento. Ele tenta refazer o caminho da teoria marxista, colocando no centro do debate uma crítica da cultura.

Williams incomodava-se com o socialismo *já-feito* dos marxistas e não admitia as prescrições tão detalhadas e deterministas da esquerda anticapitalista, que ignorava a força e as minúcias do capitalismo em se manter de pé. Por isso dizia que o socialismo não era um já-feito, nem um modo fácil fora do impasse do capitalismo e do imperialismo. Defendia uma espécie de socialismo *em-curso*, que fosse capaz de inviabilizar o crescimento do capitalismo ao lidar com as suas próprias construções, daí não descartar nesse processo socialista o uso da mídia, da comunicação, da Literatura e da educação na formação da consciência coletiva global. É nessa direção que tenta conciliar a tradição política de classe com os movimentos sociais provocados pelo capitalismo avançado e, dessa forma, deslocar a formação de uma *consciência de classe* para um *senso de interesse geral*.

Os primeiros estudos empreendidos por Raymond Williams sobre cultura eram uma tentativa de compreender como o seu termo foi se constituindo e conformando determinados significados. Essa tentativa encontra-se registrada em *Cultura e Sociedade*, editado em 1958. Nesse livro, Williams demonstra como o termo cultura foi sendo apreendido como abstração, como algo de absoluto. Ele identificou (1969) que o termo ganha autonomia no século XX, mas suas bases são fixadas no século XIX.

O autor verifica nessa obra que a idéia de cultura e seus desdobramentos passam a ser incorporadas às nossas representações, práticas intelectuais e de alteridade a partir das condições materiais que se transformam desde o século XVII. Cultura é uma resposta aos acontecimentos que constituem o que viemos a definir como indústria e democracia, e que determinaram mudanças fundamentais nas condições da vida comum. A cultura constituiu-se em um esforço por compreender, interpretar e apreciar, em seu todo, as mudanças provocadas pela industrialização e pela democracia.

Constata Williams que a industrialização foi veementemente rejeitada, tanto no que diz respeito à produção por máquina quanto às relações sociais a que o sistema fabril dava lugar. A democracia foi, a princípio, negada. Ela era vista como um ameaça que a supremacia popular representava para os valores da minoria, depois foi aliada à idéia de comunidade e de sociedade orgânica e por fim veio a ser chamada de democracia de massa. Esta última, que se imbrica às idéias de “civilização de massa” e “comunicação de massa”, tem grande importância para a compreensão de cultura em meados do século XX.

Os estudos de Williams, a princípio, longe de analisar cultura ou as culturas, trazem o que dá sentido aos estudos da cultura ou das culturas. Williams discute o

significado que o termo foi adquirindo para que chegássemos a nos interessar em estudar culturas como fizeram etnógrafos e etnólogos do mundo inteiro, principalmente da Inglaterra. Vê-se, então, por meio do seu estudo sobre a formação do termo cultura, que ela adquiriu uma materialidade tal que instituiu práticas antes não realizadas e possíveis, estipulou mudanças nas relações entre homens e entre grupos de homens, gerando identidades, conflitos, relações de subordinação, alternativas de trabalho intelectual, em suma, uma infinidade de interações e, com elas, instituições, valores, modos de viver.

Para Williams as idéias frequentes de cultura, principalmente as idéias de cultura “cultura” e cultura de “massa”, resultam de toda essa tradição e principalmente do Romantismo – movimento geral europeu que considerava o artista um sujeito “culto”, um tipo especial de pessoa, um gênio, propagando assim a “realidade superior” da arte. Para ele, essa forma de ver a arte e a cultura decorre do próprio sistema; é uma “resistência” ao sistema que se fazia pela crítica da sociedade. Artistas e poetas ao criticarem a sociedade “sem cultura”, sobrelevando-se a si mesmos, estavam expressando as transformações sociais operadas pela democracia e pela indústria, mas, na contramão, estavam idealizando a cultura e a arte, transformando-as em verdade imaginativa. Apesar disto, esta postura, a princípio defensiva, transformou-se, assegura o autor, em uma reação profundamente humana, pois questionou, com rigor, os valores espúrios da sociedade industrial moderna.

Williams afirma que toda a crítica feita pelos artistas e poetas românticos (e que acabou resvalando em crítica aos homens comuns, “sem cultura”) é um sentimento de desagrado em relação ao “público” que não era mais o leitor ideal, pois não apresentava o padrão de excelência, o espírito de sabedoria da mente cultivada. Isto, contraditoriamente, se reverteu em benefício da maioria ao se defender que era preciso prepará-la para que não se deixasse seduzir pela literatura barata incentivada pelo mercado. Foi assim, explica o autor, que cultura tornou-se antítese de mercado, apesar de dicotomizar “multidão” e “reduzido número de pessoas cultas”, além de confinar a arte a um domínio limitado, segregando-a de outras formas de expressão e de formação de significados e valores.

A interpretação dos autores românticos e o resgate da idéia de cultura por eles elaborada e disseminada resultaram na compreensão de Williams de que cultura é um elemento fundamental, indispensável mesmo, para o entendimento do que somos e para onde estamos indo. Relegá-la a um plano secundário, ou subjugá-la a questões de ordem

econômica e política, é perder a visão de totalidade da realidade social e não se dar conta de que é o nosso modo geral de vida que faz com que atribuamos certos sentidos às nossas instituições, práticas e relações, enfim, à sociedade na qual interagimos.

Contraditoriamente, Williams chega a esta síntese após o estudo histórico da idéia de cultura que se desenvolveu com base na interpretação de que ela é algo extraordinário, que ocupa um lugar de destaque, que é superior. Segundo ele, a criatividade, defendida como atributo da arte, portanto privilégio dos “iluminados” artistas, deixa de ser um processo excepcional e passa a ser encarada como construção de toda uma sociedade. Os significados, a importância dada às mais diversas elaborações humanas, são cultura na medida em que fazem parte do modo geral de vida e são, elas mesmas, que nos fazem entender essas elaborações. Em Williams, a idéia de cultura como modo de vida e como produto artístico não se excluem porque em ambos o valor atribuído está no significado coletivo. Assim como um grupo de homens e mulheres reunidos dá um dado significado ao ingresso em um templo religioso, outros darão às obras contidas em um museu. A arte deve então ser analisada como mais um processo social, portanto não dissociada da sociedade. Ela é cultural tanto quanto as demais práticas humanas.

## **2. Cultura como prática sistêmica de significados inter-relacionados**

Williams, como outros autores do século XX, usa o termo cultura como “prática social” e “produção cultural”, ambos entendidos como “sistema de significações”, o que ampliou o escopo de interpretação do termo, pois cultura passou a incluir toda e qualquer “prática significativa”, contemplando três dimensões antes desagregadas: cultura como “modo de vida global”, como “sistema de significações” e como “atividades artísticas e intelectuais”. Cultura não exclui uma dessas dimensões, mas as agrega, as conjuga, pois tanto as vidas ordinárias, quanto à produção artística, literária e poética são culturais porque carregam em si significados e valores formulados no coletivo, nas interações humanas. Ele diz: *cultura é ordinária porque está em toda sociedade e em toda mente*. Em todo lugar há sempre entre as pessoas um mundo a extrair e é nesse mundo, que está lá, que há o potencial, a verdadeira capacidade de luta pela vida, na experiência ordinária – a cultura.

Para Williams cultura produz a realidade. Na condição de força produtiva ela constitui o mundo real quando, interagindo com ele, se vale de meios materiais tais como: a língua, as tecnologias específicas de escrita, formas de escrever, sistemas eletrônicos e mecânicos de comunicação etc. O produto cultural é, em grande medida, um desdobramento das relações sociais que alteram a consciência prática que a produz. Entendê-la, neste caso, é descrever essas relações e, em decorrência, os esquemas, instituições, mecanismos e forças produzidas no processo prático de sua elaboração.

Williams, no livro *Cultura*, propõe que essa descrição se dê por meio do detalhamento interno e externo do produto cultural, identificando relações. Para ele (1992), os dados internos deverão evidenciar as relações do produtor e do produto cultural com as forças sociais e suas instituições e tradições, enfim, com o que ele veio chamar de *estrutura de sentimentos*. O estético está sempre associado ao social. Por isso os traços internos de um produto cultural devem ser analisados em relação às condições sociais de possibilidade de produção. São os conflitos sociais, as interações, as inter-relações os fomentadores das características internas do produto cultural e são eles que são importantes, pois dão à análise do produto cultural uma real dimensão crítica.

Williams diz que a estrutura social está no produto e que, portanto, a forma não é gerada internamente, ela é a expressão das estruturações do vivido na experiência histórica. A cultura é erguida sempre como resposta ao *modo de vida* no qual seu autor encontra-se imerso. Ela é um tribunal de julgamento da qualidade dessa vida. Isso porque, para o autor, as práticas sociais e os hábitos mentais se misturam às formas de produção e de organização sócio-econômicas a ponto de estruturarem, em termos de sentido, a vida e suas experiências.

As *estruturas de sentimentos* estão sempre refletidas nas alterações contidas na produção cultural, de modo a modificar a sua tradição e a própria organização social. Isto significa entender que toda mudança ocorrida na produção cultural – seja ela na forma de estilo, tendência, corrente ou modelo – é sempre social e decorre de respostas a mudanças objetivas. Não se trata, como muitos admitem, de experiência pessoal ou de características de um grupo, mas de uma forma comum de reagir ao modo de vida. A experiência é para Williams sempre social e material e acontece em bloco, em conjunto, *em comum*. Ele diz que a pessoa tem um senso que nasce em uma *estrutura de sentimento* a qual tem que suportar, isto é, num modo de viver reforçado pelo local que pertence e, também, a um modelo discursivo de política cultural. Estrutura de

sentimento é o *signal dos tempos*, ele admite a certa altura de seu texto *Cultura e sociedade*.

Como sistema de significações, a cultura organiza as relações sociais dos produtores culturais. A cultura cria instituições e orienta o processo de agrupamento interno dos produtores. Neste sentido, o analista da cultura tem, necessariamente, que fazer sua análise colocando em correlação a totalidade dessas interações.

Se *cultura é um modo geral de vida*, fazer sua análise representa descrever as inter-relações entre as práticas de significações que articulam e organizam a vida social. Isto requer, portanto, uma interpretação capaz de dar conta das instituições que conformam o sistema de significações aos quais a cultura especificamente em estudo se faz realizar. A vida social se processa, na perspectiva de Williams, segundo um sistema organizado, onde não é possível separar, desmembrar, isolar o produto cultural.

Do ponto de vista político, esse modo de ver a cultura retira-lhe visões idealista, espiritualista e ideológica, além de recolocá-la no lugar do qual nunca deveria ter saído – das relações sociais. Insiste o autor que cultura não é um mundo em separado. Suas regras e funcionalidades se constituem socialmente. Dar-lhe um *status* de superioridade, retirando-lhe do lugar comum do mundo material, é uma forma de neutralizá-la e reduzir seu poder em explicar as relações sociais reais.

Cultura é história. Seu sentido e função variam segundo as transformações nas relações sociais, ao tempo que reorganiza a própria estrutura sócio-histórica. A cultura organiza valores e significados da sociedade, mas também institui outros valores e significados ao fazer isto. Por isso é necessário considerar as suas condições de produção e as relações com o mundo que produz. O interesse de Raymond Williams é mostrar, por meio do produto cultural em si – o que diz, o que expressa e como faz isto –, as relações coetâneas que com ele se estabelecem, daí a idéia de cultura como *todo um modo de vida*. A cultura, para Williams, não é um produto cuja especificidade se desloca do todo, mas está em relação direta com este todo. Desse modo, cultura articula instituições, imiscui-se na política, faz girar capital, promove valores e contesta outros valores, enfim, faz parte da vida cotidiana e participa da vida de todos nós.

Ao compreender cultura como a integração de um modo de vida e dos produtos das artes e do aprendizado, Williams incorpora ao estudo da cultura o exame de diferentes tipos de instituições e formações pelas quais ela se faz produzir, distribuir e divulgar. Segundo ele, é esta forma de análise que possibilitará ao crítico da cultura

fazer ligações entre processos materiais de produção e esquemas de significações. Ele pensava em um modo de estudar a cultura a partir da concepção de *comum* e, assim, explicar o mundo no qual vivemos e as formas que herdamos para entendê-lo. No fim da linha, são essas formas herdadas reapropriadas pela educação e assimiladas por todo o conjunto social, fazendo, assim, circular as *estruturas de sentimentos* originárias.

Em *Resources of Hope* Williams diz que cultura é ordinária, isto é, que cultura é *comum*, está em toda parte e que, portanto, não é mérito nem privilégio de uma classe especial, ou de um grupo específico de homens. Ele afirma (1989) que cultura não pode ser atribuída ou reservada a uma minoria, ainda que esta seja talentosa, até porque essa minoria sempre está inserida em um contexto *comum* e, nesse caso, em contato direto com as experiências *comuns*, que fazem parte de uma condição geral de estrutura social. *Ele diz, literalmente: Cultura é significado comum, o produto de pessoas inteiras, os significados individuais, o produto do todo de um homem, experiência pessoal e social que empreendeu.* A cultura não morre, porque está em todo canto, em todos os lugares, em todos os tempos. Onde está o homem, lá estará a cultura. Ela não é algo que precisa ser preservado, com o fim de não se acabar, porque ela não se acaba, pois a cultura está em constante processo de produção, uma produção que se dá em migalhas, em infinitos grupos humanos.

Ao afirmar que cultura é ordinária, Williams foge à regra de se tentar fixar um sentido e decide dar-lhe qualidade: *é ordinária*. Esse modo de conceber cultura adjetivando-a é uma forma de teorizá-la em relação direta com a sociedade. Ao defender que *cultura é ordinária*, ele está definindo sua função, uma função que se articula à organização da sociedade, pois todos nós a experimentamos mesmo que não participemos dos ritos da igreja, não freqüentemos o teatro, não compremos na feira livre. O que importa é que ao estar lá, ao existir concretamente, essas práticas culturais conduzem a vida das pessoas; estão dadas nos seus modos de vida e têm seus valores incorporados por elas.

Essa idéia de que cultura é ordinária está aliada a uma visão também comum de sociedade. Uma sociedade que não é considerada neutra nem protetora, mas um conjunto de meios positivos para todas as espécies de desenvolvimento, que deve ser entendido não em termos individuais, mas em termos de comunidade. A provisão dos bens da vida deve ser coletiva, tanto na produção quanto na distribuição. Nessa perspectiva, o cabedal humano é considerado, em todos os seus aspectos, como de posse

comum, e a liberdade de acesso a ele como um direito decorrente da própria condição humana.

Inspirado em sua própria vida – a qual para muitos intelectuais seria considerada sem cultura – Williams dizia que ter crescido naquela família era ver o amalgamento de mentes, a aprendizagem de habilidades novas, a troca de relações, o aparecimento de diferentes linguagens e idéias. Tanto quanto cultura, aprender para Williams (1989, p.5) também é ordinário. Ele diz que *nós aprendemos onde nós podemos*. E, segundo ele, nós devemos poder aprender tudo, não só o trabalho imediato ao qual o local onde vivemos encontra-se propício, mas toda cultura, de todos os homens. Mas isto tem um preço, um preço que todos temos que pagar em comum pela cultura comum. O grande desafio que se nos coloca é disponibilizar toda cultura, de modo a torná-la os meios para um bem.

Daí a defesa de Williams por uma cultura comum, que não é, em nenhum nível, uma cultura igual, mas pressupõe sempre a igualdade do ser, sem a qual a experiência comum não pode ser valorizada. Uma cultura comum não pode restringir o acesso a qualquer das suas atividades: este é o sentido real do princípio da igualdade de oportunidades. É na base da experiência comum que as desigualdades não podem ser toleradas. Williams defende uma cultura social comum, onde a fragmentação da experiência não sufoque o desejo da igualdade.

### **3. Educação como cultura**

Seguindo a lógica discursiva de Williams, podemos dizer que educação (e estamos pensando em termos de educação escolar) é um sistema de significados inter-relacionados, uma vez que não é possível pensar os sistemas educacionais (até então nacionais, ainda nacionais) sem reconhecer as estruturas que criou, os interesses políticos que articulou, as práticas solidárias e competitivas que instituiu e os sentidos que tudo isso foi engendrando, tecendo. Educação é cultura não necessariamente porque socializa as ciências, as artes e a literatura, mas porque ao se instituir construiu significados e valores formulados no coletivo, nas interações humanas.

Bem, mas gostaria de destacar, do conjunto das idéias de Raymond Williams expostas aqui, dois pontos: Primeiro, que cultura se produz em estruturas de sentimento; segundo, que cultura é ordinária.



*Estrutura de sentimento* é o campo de ação de Boeche (1991); o contexto de Bakhtin (1992). *Estrutura de sentimento* é o caldeirão (poderíamos dizer assim), onde as condições de possibilidade de produção da cultura são dadas. O sentimento é o *espaço*, simbolicamente falando, onde a estrutura se estrutura, onde é possível mover as conexões e construir as estruturas. O sentimento é *da* estrutura, pertence à estrutura porque se desenvolve no mundo material. A estrutura é o exterior. O sentimento, o interior. Mas sem o exterior, a estrutura, não há campo para o sentimento; o sentimento por sua vez constrói, ergue a estrutura.

Então, onde se localiza a educação escolar? Responderiam os marxistas estruturalistas, de pronto, na estrutura. Mas, se pensarmos que no processo educativo fazemos escolhas, selecionamos, priorizamos, enfatizamos essa resposta se enfraquece. Como, então, pensar a educação em relação à estrutura de sentimento de Raymond Williams.

Ora, se nas estruturas de sentimento estão dadas as condições para a produção da cultura, e a educação trabalha, fundamentalmente, com a cultura (ainda que uma cultura limitada), ao se tomar os produtos culturais como objetos de conhecimento se está, simultaneamente, organicamente, lidando, manipulando com as estruturas de sentimento. Dizendo de outra forma, a escola ao colocar dentro do espaço de uma sala de aula saberes para que pessoas, na condição de alunos, os conheçam, está trazendo a estrutura de sentimento que viabilizou a produção daquela cultura para dentro da sala de aula, ainda que no plano do inconsciente. Recorrendo ao velho Marx, para quem *os homens fazem a história mas não sabem que a fazem*, podemos dizer, com base na situação que expusemos em linhas anteriores, que a escola faz a história, mas não sabe que a faz. Simplesmente e tão somente faz. Se, no entanto, concorrermos com a idéia de que é função da escola desenvolver nas mentes de seus alunos as estruturas mentais superiores, a capacidade crítica e reflexiva, pode-se sintetizar dizendo que ela, a escola, não tem cumprido sua função. A cultura, não tenho dúvida (e os antropólogos já comprovaram há muito), se faz em meio aos modelos inconscientes, mas a cultura escolar – que se dá no plano da historicidade, em uma instituição social politicamente definida – não pode trabalhar no plano do inconsciente, mas do consciente.

Essa idéia nos faz pensar a respeito de como uma educação escolar poderá estar, então, mobilizando seus sujeitos em direção a uma sociedade mais centrada em torno das suas dificuldades, limitações e condições concretas de transformação, isto é, em torno de uma visão crítica sobre sua própria estrutura de sentimento.

Não temos dúvida de que isto só é possível a partir de um *referente*, de um ponto contrário. Eu só reconheço o preto porque conheço o branco, só reconheço o claro porque tenho a representação do escuro. Como posso possibilitar aos sujeitos escolares a crítica sobre sua sociedade, sobre a vida de seu povo, sua história, sua cultura se esses desconhecerem outras sociedades, outras vidas de outros povos, outras histórias, outras culturas. Em síntese, não é possível uma educação crítica sem alteridade. O sujeito só se compreende a si mesmo em relação com outro, em interação. Só posso compreender-me dentro de mim mesmo se reconheço um outro que não sou eu, se me deparo com a estranha presença do outro; minha realidade só toma sentido para mim mediante o (re)conhecimento da realidade de um outro.

As pesquisas empíricas empreendidas por nós no interior da Amazônia demonstram, por exemplo, que há grupos humanos que não sabem de si porque não sabem do outro; não se questionam, não questionam suas condições porque não conhecem outras que não as suas; não reivindicam porque não tem parâmetros para tal. São populações que vivem isoladas, à margem da cidadania; a pátria lhes é distante. Diante disso: O que é possível fazer? Apesar dos limites, está claro para nós que é preciso dar visibilidade a essas populações, trabalhar junto com elas, entrar nas suas estruturas de sentimentos, trazer para o plano do consciente as interações que fizeram e fazem elas serem o que são.

A respeito do segundo ponto, que está imbricado com o de estrutura de sentimento, é o de que *cultura é ordinária*. Isto é fato. Não há como negar, diante de tantos estudos etnográficos produzidos ao longo do século XX, que todos os povos, de todos os lugares desse planeta tem cultura. É senso comum: índios tem cultura, aborígenes da Austrália tem cultura, a África tem cultura, o Brasil tem cultura, os ribeirinhos da Amazônia tem cultura. Ninguém ousaria dizer o contrário. E porque todos os grupos humanos, independente de suas condições materiais concretas, têm cultura? Porque dão sentidos às suas práticas. Foram esses sentidos objetos de conhecimento de antropólogos, linguistas, semióticos, historiadores, sociólogos, enfim de um número incontável de pesquisadores.

As discussões sobre o conceito de raça na sociedade moderna, postas por Boas (1938), no início do século, em a “*The mind of the primitive man*”, vão comprovar os erros das teorias que condicionavam o comportamento mental e social à descendência racial e demonstrar as fragilidades contidas nos estudos que tentavam provar a degenerescência de grupos humanos miscigenados, separando de vez a relação

raça/cultura e atrelando visceralmente esta última à história. Como ele, muitos outros vão aliar antropologia à história para melhor compreender as culturas e realizar também um número incontável de pesquisas que, no fim da linha, demonstram: *cultura é ordinária*. Mas eu pergunto: com que cultura trabalha a educação escolar? Se cultura é ordinária, e a função da escola é socializar a cultura, não deveria essa escola estar aberta a todo e qualquer produto cultural? No que, eu questiono, a idéia tão naturalmente aceita de que cultura está em toda parte, e que todos os homens de todos os lugares produzem cultura, mudou a escola. Só para provocar, eu pergunto: Que lugar tem a cultura esquimó no currículo de nossas escolas? Que lugar efetivamente ocupa a vida dos ribeirinhos da Amazônia, que a rigor produz cultura, nos currículos das escolas do sul do Brasil? Como podem as escolas desenvolver as estruturas mentais superiores da criança se as referências, quando existem, são limitadas e servem apenas para acentuar o preconceito e a intolerância.

Essas questões têm nos incomodado profundamente e se colocado como elementos para reflexões. Tem nos feito pensar sobre o sujeito que a escola (que temos) ajuda a constituir; um sujeito não-ideal, mas concreto, que está aí assistindo a guerras, a invasões despropositadas, a execuções em larga escala, ou que simplesmente ignoram tudo porque os meios para que o conhecimento se dê lhes são negados pela força da pobreza, da privação. Apesar de não termos respostas para grande parte dessas perguntas, um dado para nós é ponto pacífico: não podemos pensar a escola, a constituição de sujeitos sem uma discussão sobre cultura porque entendemos que para pensar sobre a educação escolar (sua estrutura física, seu currículo, o professor, o gestor, a merenda escolar e tantos outros) é preciso compreender todo um sistema em conexão. Isto significa, inclusive, pensar que não é uma política específica para educação (ainda que nessa política estivessem contemplados salários altos para os professores, computadores nas escolas, estruturas físicas adequadas, bibliotecas, salas de estudo etc) que transformará as duras condições materiais da maioria. Não adianta mudar a escola se fora delas os modos de viver da maioria permanecerem os mesmos. E o que é mais importante: a compreensão de que as prováveis alternativas para os problemas que encontramos estão nos sujeitos, na própria sociedade e de que, portanto, é lá que precisamos estar; na cultura, na experiência. Não nos esqueçamos que é lá na vida ordinária que está toda a transformação.

## Bibliografia

BOAS, Franz. **The mind of the primitive man**. New York, The Mac Company, 1938.

BOESH, E. E. **Symbolic Action Theory and cultural psychology**. Berlim, Springer – Verlag, 1991.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **The long revolution**. London, Chatto & Windus, 1961.

\_\_\_\_\_. **Cultura**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Cultura e sociedade: 1780-1950**. São Paulo, Editora Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. **Resources of hope**. London/New York, Verso, 1989.